REDE EQUIDADE

(Acordo de Cooperação Técnica nº 2021/0235)

8ª Reunião do Comitê Coordenador

2026

Data: 06/08/2026 (quinta-feira)

Horário: 15h00 – 17h00

Local/ferramenta: Videoconferência Plataforma Microsoft Teams

1. PAUTA

Nº	Descrição
1	Boas-vindas;
2	Aprovação de pedido de adesão: Banco Central do Brasil;
3	Execução do Plano de Ação 2026-2028 – atualização dos GTs;
4	Informativo sobre a Oficina de Engajamento dos Pontos Focais;
5	Resultado da Semana de Inovação 2026;
6	Convite para Oficina Lei Maria da Penha em Miúdos - Facilitadora: Gabriela Silva (ABEL) em 27/08;
7	Informes gerais.

2. PARTICIPANTES

N°	Instituição	Nome
1	Coordenadoria – Geral Senado Federal	Maria Terezinha Nunes Lui Teixeira Oliveira Edie Paulo Assis P. Alves Gabriela Rodrigues de Moraes
2	Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ	Carolina Torres Oliveira Aretta de Andrade
3	Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT	Cláudio Vitor da Silva Paloma Campos
4	Associação Brasileira das Escolas do legislativo e de Contas – ABEL	Gabriela Pereira da Silva
5	Câmara Municipal de São José do Rio Pardo - SP	Fernanda Mansaro Aracri
6	Câmara Municipal de Carvalhópolis - MG	Sandro Silva dos Santos
7	Comissão de Valores Mobiliários – CVM	Patrícia Tesch de Abreu Érika Fernanda Simão Andréa Coelho

		Isabel Sumida Hirata
8	Câmara Municipal de Poços de Caldas-MG	Taís Ferreira
9	Conselho Nacional de Controle Interno – CONACI	Danielle Carvalho
10	Conselho Nacional de Justiça – CNJ	Meg Gomes Martins
11	Controladoria Geral do Estado de Minas Gerais – CGE/MG	Ully Guimarães Débora Pinto Severino
12	Controladoria-Geral da União - CGU	Keyla Andrea Santiago
13	Defensoria Pública da União – DPU	Ana Carolina Bezerra Karina Oliveira Silva Cleiton Gomes Prata
14	Empresa Brasil de Comunicação – EBC	Ábiner Augusto Mendes
15	Escola Nacional de Administração Pública – ENAP	Kátia Regina Souza
16	Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR	Nathália Luize Feitosa Natália Mori Cruz
17	Ministério da Defesa – MD	Alana Alves de Carvalho
18	Ministério de Minas e Energia – MME	Márcia Alves de Figueiredo
19	Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Familia e Combate à Fome – MDS	Jéssica Leite Silva Suely de Oliveira
20	Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte - MEMP	Marcos José Ferreira
21	Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços - MDIC	Luziléa Luize Feitosa
22	Ministério do Esporte - MESP	Ana Carolina Silveira
23	Serviço Geológico do Brasil – SGB/CPRM	Washington Santos
24	Superior Tribunal de Justiça – STJ	Karla Bezerra Correia
25	Superior Tribunal Militar - STM	Ana Paula Bomfim
26	Secretária Especial da Receita Federal do Brasil - RFB	Sandra Aparecida de Souza Pereira
27	Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal – SEEC	Heloisa Cunha

28	Tribunal de Contas da União – TCU	Marcela de Oliveira Timóteo
29	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP	Ana Amélia Caldas Saad
30	Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios – TJDFT	Luana Lúcia Guimarães Andreia Oliveira de Siqueira
31	Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia – TRE-RO	Rodrigo Gomes Roberto Aline Claudino Oliveira
32	Tribunal Superior Eleitoral – TSE	Samara Carvalho Santos
33	Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA	Helyna Dewes Claudete Martins
Ausências Justificadas: Ministério Público do Trabalho - MPT; Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG		

2. ASSUNTOS TRATADOS

No dia 06 de agosto de 2026, às 15h, teve início a oitava reunião virtual do Comitê Coordenador da Rede Equidade do ano de 2026, contando com a presença das pessoas acima nominadas. **Item 01. Boas-vindas.** A reunião foi iniciada por Andreia Siqueira, representante do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), instituição responsável pela Vice-Coordenação da Rede Equidade, que deu as boas-vindas aos participantes e solicitou que os/as novos/as integrantes se apresentassem à plenária; na sequencia, a representante da Câmara Municipal de Poços de Caldas (Taís), do Conselho Nacional de Justiça-CNJ (Meg), da Comissão de Valores Mobiliários-CVM (Andreia Coelho) e do Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (MEMP), Câmara Municipal de São José do Rio Pardo (Fernanda), entre outros/as se apresentaram rapidamente, compartilhando um pouco de suas instituições. Após as boas-vindas e cumprimentos, a reunião prosseguiu pelo **Item 02. Aprovação de pedido de adesão: Banco Central do Brasil.** Foi submetido à apreciação da plenária o pedido de adesão do Banco Central do Brasil à Rede Equidade; após manifestação da plenária, o pedido foi aprovado. **Item 03. Execução do Plano de Ação 2026-2028 – atualização dos GTs.** Andreia Siqueira retomou junto à plenária o Plano de Ação da Rede Equidade para o biênio 2026-2028, apresentando seus objetivos e destacando a organização dos Grupos de Trabalho (GTs) responsáveis pela execução das ações previstas. Para atualização dos encaminhamentos, solicitou que cada representante dos GTs apresentasse, brevemente, as atividades desenvolvidas e os próximos passos. **GT-1.** Maria Terezinha, coordenadora da Rede e ponto focal do grupo, apresentou os principais encaminhamentos e resultados-chave previstos para o GT; entre as ações consta a publicação de um e-book referente ao 4º Seminário da Rede Equidade, de 2025; um curso de paternidade, ações para expandir a adesão da Rede por instituições públicas e especialistas; informou também que no dia seguinte haverá uma reunião, com o objetivo de iniciar a distribuição das tarefas no grupo. Por fim, enfatizou sobre um dos resultados-chave, que trata de mapeamento de práticas de IDE e que conta com a colaboração da plenária, respondendo ao mapeamento. **GT-2.** Foi registrada a representação de Kátia Simões, da ENAP, não havendo manifestação do grupo durante a reunião. **GT-3.** Andreia Siqueira, representante do grupo, informou que o GT está trabalhando em três frentes principais: o Modelo IDE, o instrumento de autoavaliação e a atualização da publicação de Boas

Práticas; relatou que foi realizada reunião com os integrantes e que, inicialmente, havia a previsão de subdivisão do grupo por temas, mas decidiu-se pelo trabalho conjunto dos participantes, em cada resultado-chave; no início de agosto, teve início o contato com as instituições integrantes da Rede Equidade, com o objetivo de identificar quais delas já realizaram a aplicação do Modelo IDE e, na oportunidade, convidou as instituições da Rede a ampliarem a aplicação do Modelo; acrescentou que estão previstas reuniões mensais do grupo e que a publicação da 2ª. edição das Boas Práticas, os trabalhos deverão ser iniciados em janeiro, e o terceiro resultado-chave diz respeito a estudo e aperfeiçoamento do próprio Modelo IDE, por meio de pesquisa, iniciativa considerada mais robusta e que deverá ser desenvolvida posteriormente. **GT-4.** O ponto focal do grupo, Edie Paulo representante do Senado Federal, informou que ainda não havia sido realizada a primeira reunião, em razão de mudanças na composição do grupo; informou que foi marcada reunião para a quarta-feira seguinte, ocasião em que deverão ser discutidas as estratégias para o cumprimento dos três resultados-chave previstos para o grupo. **GT-5.** O grupo encontra-se, no momento, sem ponto focal definido. Aretta Andrade, da ANTAQ, informou que aquela seria sua última participação como representante do GT-5, uma vez que passou a integrar o GT-3; diante isso, foi realizado um apelo às novas instituições integrantes da Rede para que participem do GT-5, contribuindo para o fortalecimento da equipe e para a definição de um novo ponto focal. Em relação aos encaminhamentos, Aretta informou que houve uma primeira reunião do grupo, na qual foi discutido, entre outros pontos, o resultado-chave 3.2, que prevê garantir a diversidade dos painelistas em pelo menos 80% dos eventos realizados pela Rede, com a participação mínima de 30% de pessoas negras ou indígenas e 50% de mulheres; entre as estratégias previstas, destacou-se a necessidade de reforçar, durante as plenárias, a importância da observância desses critérios na organização dos eventos, bem como a criação de um banco de talentos para identificação e indicação de possíveis painelistas; Destaca que o grupo solicitou à coordenação e foi incluído no formulário eletrônico do Censo da Rede Equidade uma pergunta sobre o interesse dos participantes em atuar como painelistas em futuros eventos, possibilitando o início do levantamento de potenciais nomes. Maria Terezinha solicitou a palavra para esclarecer que a tarefa de ponto focal não deve gerar preocupação, uma vez que essa pessoa não será a única responsável pelo cumprimento dos resultados-chave, devendo ser um mais um elo entre as pessoas do grupo motivando para o cumprimento das ações. **GT-6.** Lui Teixeira informou que o grupo ainda não conseguiu definir um ponto focal; que são três os resultados-chave afetos ao grupo, sendo um deles a realização do Seminário de Direitos Humanos da Rede que deverá ocorrer em dezembro, e que a Receita Federal, provavelmente, sediará o seminário.**GT-7.** Em razão da ausência de Gabriela, representante do Senado Federal, Lui Teixeira realizou a atualização do grupo, informando que o GT conta, até o momento, com a participação do Senado Federal e da AGU e possui três resultados-chave; acrescentou, ainda, que a primeira reunião do grupo ainda não havia sido realizada, mas que estava em andamento a definição de uma data para o encontro.**GT-8.** Érica Fernanda, participante do grupo, informou que Sandro dos Santos está articulando a realização da primeira reunião do GT. Durante as atualizações dos Grupos de Trabalho, surgiu uma dúvida recorrente quanto à possibilidade de uma mesma instituição participar de mais de um GT, com representantes distintos e Lui Teixeira esclareceu que, caso uma instituição opte por participar de dois GTs, poderá indicar um representante para

cada grupo, não havendo impedimento para essa organização, desde que seja viável para a instituição, ressaltou, contudo, que a recomendação é que os dois representantes da mesma instituição integrem o mesmo GT, de modo que um possa representar o outro em eventuais ausências. Maria Terezinha reforçou a importância de que cada participante esteja vinculado a apenas um GT, considerando experiências anteriores em que a participação em mais de um grupo resultou em maior dificuldade para cumprimento das ações. Durante a discussão sobre a elaboração do curso sobre paternidades citada por Maria Terezinha do GT-1, Natália Mori, representante do MIDR, mencionou uma iniciativa realizada pelo órgão em razão da campanha do Dia dos Pais, conduzida pelo Comitê Permanente de Gênero, Raça e Diversidade, que consistiu em uma conversa virtual sobre masculinidades; nesse contexto, recomendou como referência o Instituto Promundo, organização sediada no Rio de Janeiro e que atua com a temática das masculinidades; Natália questionou, ainda, se a proposta do curso seria direcionada especificamente à paternidade ou se contemplaria também a temática das masculinidades. Em resposta, Maria Terezinha esclareceu que a proposta está relacionada justamente à ampliação da discussão sobre o tema, buscando abordar outras formas de masculinidade; Suely Oliveira, representante do MDS, compartilhou informações sobre um Festival de Masculinidades realizado a cada dois anos, organizado, entre outras instituições, pelo Instituto Promundo e pelo GEMA – Núcleo de Estudos de Gênero e Masculinidades, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE); ressaltou que a temática das masculinidades constitui um campo amplo a ser explorado e informou que o MDS realiza diversas rodas de conversa sobre paternidades e outros temas relacionados, mencionando, como exemplo, uma atividade realizada durante a campanha do Dia das Mães; Suely e Nathalia manifestaram interesse em contribuir com a construção do curso e com o desenvolvimento da temática. Ao final, Maria Terezinha reforçou a importância de que as referências e iniciativas relacionadas ao tema sejam compartilhadas com a Rede, de modo a contribuir para o aprofundamento e o aperfeiçoamento da proposta do curso. Na sequência, Andreia Siqueira, representante do GT-3, informou que o grupo definiu que na próxima plenária seria dado um esclarecimento geral, em especial para os/as participantes, sobre a aplicação do Modelo IDE. Seguiu-se a apresentação de Andreia Siqueira, de forma resumida, destacando que o Modelo consiste em um diagnóstico institucional que pode oferecer suporte à alta administração, estimular processos de mudança cultural e promover a conscientização das equipes sobre gestão inclusiva, mencionou sobre a origem da iniciativa, os parâmetros de pesquisa e definição e, ao final, que o Modelo IDE é público e está disponível para utilização por todos os partícipes da Rede Equidade, podendo ser aplicado pelo serviço público em geral e também pelas diferentes instituições integrantes da Rede. Ábiner, representante da EBC, retomou a discussão do GT-1 referente à iniciativa de ampliar a participação de representantes das regiões Norte, Nordeste e Sul na Rede Equidade, sugeriu que a Rede aproveite a articulação existente no âmbito do Pacto das Estatais, do qual participa, cujas reuniões são realizadas em formato híbrido, especialmente para aproximar e convidar instituições dessas regiões para integrarem a Rede; informou que poderá realizar os contatos necessários e destacou que as próximas reuniões do Pacto das Estatais estão previstas para ocorrer no Rio de Janeiro, em Petrolina e em Brasília, oportunidades nas quais poderá articular a participação da Rede Equidade. **Item 04. Informativo sobre a Oficina de Engajamento dos Pontos Focais.** A coordenadora Maria Terezinha informou que Gabriela Rodrigues está

elaborando um compilado com todas as sugestões compartilhadas durante a Oficina de Engajamento dos Pontos Focais e que, em breve, o material será compartilhado. **Item 05. Resultado da Semana de Inovação 2026.** Lui Teixeira apresentou atualização sobre o tema e informou que as propostas inscritas pela Rede Equidade não foram aprovadas. Por outro lado, a proposta submetida pela Rede, em parceria com o TCU, foi aprovada, a qual contará com as presenças de representantes do Senado, Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba, Advocacia-Geral da União e Tribunal de Contas da União. A coordenadora ressaltou a importância do evento e da participação das instituições, assim que as inscrições estiverem abertas e, assim, terem mais tempo para a elaboração das propostas; na sequencia, passou a palavra para Gabriela Silva, representante da ABEL, a qual informou que inscreveu duas propostas pela ABEL e foi aprovada a mesa-redonda, que terá como tema as coleções "Em Miúdos", publicações produzidas pelo Senado Federal, escritas por uma pessoa de Pouso Alegre e que vêm sendo aplicadas em diferentes localidades do Brasil; em seguida divulgou um evento que será realizado na Plataforma Parlaflix, o qual pretende compartilhar experiências exitosas no tema do combate à violência contra as mulheres; ao final, agradeceu ao Abiner pela excelente oportunidade para divulgação da Rede e cumprimento do Plano de Ação; Terezinha enalteceu as ações das instituições vinculadas à Rede no Agosto Lilás, dada a importância da discussão sobre prevenção e erradicação no combate à violência contra as mulheres; destacou também a formação do Pacto Brasil dos Três Poderes no combate ao feminicídio. **Item 06. Convite para Oficina Lei Maria da Penha em Miúdos - Facilitadora: Gabriela Silva (ABEL) em 27/08;** Gabriela Silva, da ABEL, informou que estará em Brasília, a convite da Rede e do Comitê Permanente de Gênero e Raça do Senado Federal, para realizar uma oficina sobre a Lei Maria da Penha em Miúdos. Maria Terezinha esclareceu que a atividade será realizada em parceria com a Rede (coordenação), com duração de duas horas e realizou convite aberto a toda a plenária, reforçando a importância da presença de todos e todas nessa atividade. Em sequência, Marcela Timóteo, representante do Tribunal de Contas da União (TCU), mencionou as ações relacionadas ao Agosto Lilás, destacando a relevância da campanha, especialmente no contexto dos 20 anos da Lei Maria da Penha; informou que o TCU vem conduzindo a auditoria denominada "Vidas Interrompidas", voltada à análise da capacidade do Estado de atuar na prevenção da violência contra as mulheres, antes da ocorrência de feminicídios; a partir do tema, Marcela levantou questionamentos acerca da abordagem da justiça restaurativa nos casos de violência contra as mulheres e sobre a perspectiva atualmente adotada pelo Poder Judiciário em relação à temática; a manifestação suscitou um debate reflexivo muito rico entre as participantes, em especial Nathalia Mori e Suely Oliveira que compartilharam aspectos de suas trajetórias profissionais, as quais possibilitaram acompanhar de perto a elaboração da Lei Maria da Penha; informaram que a forma como os casos eram recebidos no judiciário e aplicação da justiça restaurativa era uma preocupação real das ONGs feministas que elaboraram a lei, algo que gerava muita discussão e não havia consenso, devido à desigualdade de gênero entre as partes, minimização da violência e a revitimização das mulheres; Suely pontuou que promover grupos reflexivos de homens para desconstrução da violência é algo diferente e tem sido uma alternativa; Terezinha, agradeceu aos depoimentos e o compartilhamento dessas ricas experiências, informou que o tema foi objeto de sua dissertação e, posteriormente, atuou como advogada voluntária das mulheres em situação de violência doméstica e familiar, e elaborou

um curso na plataforma Saberes, do ILB, do Senado Federal; ressaltou, ainda, a importância de que o próximo Plano de Ação da Rede Equidade contemple e aprofunde a discussão sobre essas questões, de modo a possibilitar maior embasamento e atuação da Rede sobre a temática. **Item 07. Informes gerais.** Márcia Alves, representante do MME, convidou a plenária para o evento alusivo ao "Agosto Lilás", que será realizado no dia 19 de agosto, em formato virtual e contará com a apresentação de projetos da Polícia Militar, incluindo a Sala Lilás, espaço destinado ao acolhimento de mulheres vítimas de violência. Na sequência, Ábiner, realizou, em nome da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/DF), convite aos participantes para um evento que será realizado durante todo o dia, uma proposta para ampliar a discussão para além da Lei Maria da Penha, abordando sua trajetória, as mudanças ocorridas na legislação e os principais aspectos relacionados à temática na atualidade; acrescentou que a iniciativa contará com uma campanha de doação. Após agradecimentos à participação de todas/os e nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 17h00min. Ata redigida por Rebeca Maria de Araujo Viana e Maria Terezinha; após, foi revisada por Maria Terezinha Nunes, do Senado Federal e enviada por e-mail para validação eletrônica das/os presentes.

